

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2012.

Ao 1º dia do mês de outubro do ano dois mil e doze, reuniu-se o Conselho de Administração do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência - na sua sede, à Rua da Quitanda, nº 106, 3º andar, com a presença de dez membros, conforme lista de presença anexa. Verificada a presença de quorum, instalou-se a Reunião, presidida pelo Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, Presidente do Conselho, e secretariada pela Representante dos Segurados do Poder Executivo, Sra. Francisca Rodrigues Talarico. A pauta desta reunião, encaminhada previamente aos Conselheiros, foi a seguinte: **Informes: Item 1.** Fluxo de Caixa e Posição da Operação junto ao Banco do Brasil; **Item 2.** Posição da Carteira Imobiliária; **Item 3.** Posicionamento quanto ao Andamento da Previdência Complementar; **Item 4.** Apresentação do Projeto de Lei 1743/2012 – Segregação de Massa; **Item 5.** COMPREV; **Item 6.** Auditoria; **Item 7.** Evolução de Benefícios; **Item 8.** Base de Dados para Avaliação Atuarial. O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, iniciou a reunião saudando os presentes e cedendo a palavra ao Diretor-Presidente do Rioprevidência, Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa. Após as considerações iniciais, o Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa solicitou que o Diretor de Investimentos, Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros, iniciasse a apresentação do **Item 1.** O Diretor de Investimentos apresentou gráfico do fluxo de caixa dos anos de 2012 e 2013. O Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros indicou que a boa performance do preço do petróleo e do câmbio influenciaram positivamente os valores dos royalties e participações especiais, proporcionando arrecadação maior que a prevista. No entanto, apontou que permanece a necessidade da operação de aporte de recursos em função da previsão de gastos para o próximo ano. Explicando o andamento do Programa de Ajuste de Liquidez, o Diretor de Investimentos contou que o cronograma inicial indicava que a primeira operação seria feita no início deste ano. Porém, conforme já havia relatado ao Conselho, lembrou que o Estado do Rio de Janeiro entendeu que, por razões políticas, esta operação deveria ser levada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que, por sua vez, vetou que a operação fosse realizada no mercado externo e se ofereceu a fazer uma proposta de aquisição direta das participações governamentais ao Fundo e ao Estado.. Depois de várias reuniões na STN envolvendo representantes da própria Secretaria, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2012.

Rioprevidência, da Secretaria de Fazenda, da Procuradoria Geral e da Casa Civil do Estado, a STN decidiu por não oferecer a proposta de aquisição dos créditos. Assim, em vista do ocorrido e do tempo restrito para a necessidade de liquidez do Fundo, o Banco do Brasil propôs estruturar uma operação direta com eles. Entretanto, conforme entendimentos do Banco e da STN, tal cessão de créditos deveria ser submetida previamente ao Tesouro Nacional – o que foi feito. Neste momento, o pleito acabou de ser avaliado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e foi devolvido à STN, que ainda não formalizou resposta ao Banco do Brasil. O Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros expressou a expectativa de obter resposta positiva. O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa afirmou que o Fundo de Previdência trabalha com a data limite de 30 de novembro de 2012 para a realização da primeira operação. A segunda realizar-se-ia no período de fevereiro/março de 2013. O Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins perguntou se a operação de mercado a ser realizada no final de 2013, ou início de 2014, seria caracterizada como FDIC (fundos de investimento em direitos creditórios). O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa afirmou que este tipo de operação está descartado, visto que o volume de recursos envolvido só poderia ser absorvido por investidor institucional. Estes investidores possuem regulamentação do Conselho Monetário Nacional que inibe a compra deste ativo, uma vez que a CVM caracterizá-lo-ia como FIDC Não Padronizado, inviabilizando este tipo de estrutura. **Item 2.** O Diretor de Investimentos mostrou quadro de imóveis vendidos em 2012, assim como aqueles em licitação, reafirmando a diretriz do Rioprevidência de vender todos imóveis de sua propriedade, tão logo estejam com seus registros regularizados e com avaliações realizadas. O Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros indicou que no início do ano o Rioprevidência decidiu encerrar o contrato com a empresa que fazia a avaliação dos imóveis, dado o não atendimento adequado às demandas da Autarquia, optando por desenvolver um processo em que qualquer profissional ou empresa, credenciado pelo CREA ou pela CAU, pudesse se habilitar a fazer as avaliações conforme preço de tabela. O Diretor explicou que, devido às exigências decorrentes do ineditismo do procedimento, houve demora no credenciamento, provocando atraso na meta de publicação de editais. No entanto, afirmou que, tendo sido concluído este processo, a tendência é que a meta anual possa ser cumprida, ou mesmo superada. O Diretor também destacou a

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2012.

importância para o Fundo da Lei Estadual 6210, de 19 de abril de 2012, que possibilitou que os imóveis da região do Saara pudessem ser vendidos para os próprios ocupantes, que lá estão desde a década de 1980. Sobre a análise dos indicadores da carteira imobiliária, mostrou gráficos de arrecadação, ativo e rentabilidade. O Sr. Sergio Pyrrho perguntou se a arrecadação da carteira imobiliária dizia respeito aos imóveis negociados ou à rentabilidade de locação. O Diretor respondeu que se referia à locação. O Sr. Antonio Paulo Vogel de Medeiros acrescentou que muitos imóveis estão envolvidos em partilha dominial, em que Estado e Prefeitura disputam sua titularidade, pois estão registrados em nome do Estado da Guanabara ou da Prefeitura do Distrito Federal. Informou que a Sra. Lucia Lea Guimarães Tavares encontra-se à frente de um grupo que discute a questão com a Procuradoria Geral do Município, reforçando a importância do tema, visto que atualmente os imóveis de mais valor da Autarquia estão nesta situação. **Item 3.** O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa comentou a aprovação da lei da previdência complementar para os servidores do Estado, e a consequente criação de seu Estatuto. Indicou que a próxima etapa corresponde à indicação dos conselheiros, os quais nomearão a Diretoria Executiva. O Diretor-Presidente indicou que, embora exista previsão legal para nomeação de até quatro diretores, no início serão escolhidos dois. Afirmou que a expectativa é a de que o regime complementar já esteja sendo oferecido em fevereiro de 2013. O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa indicou que o RJPREV abarcará apenas os servidores civis que tenham remuneração acima do teto do INSS e optem pela previdência complementar. O Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins comentou que a adesão será discreta no início, havendo previsão de crescimento gradual. Reforçando estas palavras, o Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa afirmou que a consolidação do regime configura-se em uma política de médio/longo prazo. O Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins reforçou a importância do RJPREV, afirmando que o modelo previdenciário atual é insustentável. Em sequência o Diretor-Presidente forneceu mais alguns detalhes do funcionamento do RJPREV. **Item 4.** O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa apontou o combate ao déficit atuarial como principal objetivo do projeto de lei de segregação de massa. Por meio de diagramas, mostrou aos Conselheiros o desequilíbrio atuarial do Fundo e as exigências legais para o equacionamento. O Diretor-Presidente mostrou que, entre as

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2012.

alternativas para o combate ao déficit permitidas pelo Ministério da Previdência Social, a segregação de massas é a que se mostra viável. Indicou que a data para sua implantação será a mesma para o início da previdência complementar. O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa explicou que a segregação criará um fundo previdenciário sob regime de capitalização para servidores civis admitidos após a implantação da previdência complementar, assim como para os que se tornarem inativos ou pensionistas após esta data. Para os servidores civis, inativos e pensionistas anteriores ao início da segmentação, assim como para todos os militares, o fundo mantém-se financeiro, semicapitalizado. O Diretor-Presidente garantiu que, do ponto de vista do segurado, a medida não acarretará qualquer tipo de mudança. O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa indicou as fontes de recursos e afirmou que a gestão dos dois fundos permanecerá no Rioprevidência. Outras características de cada fundo foram apresentadas, como número de participantes, ativo e os percentuais de contribuição do servidor e do Estado. Foi também mostrada a perspectiva de redução do total de beneficiários atendidos pelo fundo financeiro e de aumento dos que se enquadram no fundo capitalizado. O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa indicou o impacto da segmentação, afirmando tratar-se de uma política de médio/longo prazo necessária, tendo em vista o fato de os recursos do petróleo serem finitos. Ressaltou, assim, a importância da previdência do Estado adotar uma fonte de recursos perene. Ao fim da exposição, foram indicados os Estados da Federação que optaram pela segregação e os que não fizeram a escolha. **Item 5.** O Diretor de Seguridade do Rioprevidência, Sr. Roberto Moisés dos Santos, iniciou sua apresentação com a arrecadação da receita do COMPREV nos anos de 2010/11/12. Em seguida, mostrou o comparativo de requerimentos aprovados pelo INSS no período, observando declínio da média de aprovações anuais. Sobre esta tendência, o Sr. Roberto Moisés dos Santos comentou a deficiência de suporte do INSS. O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa complementou dizendo que o INSS tem priorizado os requerimentos mais recentes e de menor valor, destacando que o Rioprevidência tem solicitado formalmente ao Ministério da Previdência Social que este cenário seja revertido, uma vez que da forma como está sendo tratada hoje, a Autarquia receberia um valor menor. **Item 6.** Em relação à auditoria de benefícios, o Diretor de Seguridade mostrou quadro de benefícios suspensos referentes a

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2012.

contas não movimentadas, pensão provisória em duplicidade, código errado e aplicação do teto constitucional. O Sr. Roberto Moisés dos Santos destacou o fim das pensões provisórias. O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa comentou a suspensão das contas do banco Bradesco sem movimentação. O Diretor-Presidente também falou sobre o recadastramento de filha maior, indicando a suspensão dos benefícios das que não compareceram ao recadastramento, assim como das que compareceram, mas se recusaram a assinar o termo de responsabilidade e das que declararam união estável. O Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa frisou que o do cancelamento destes benefícios indevidos terá efeito positivo para a redução do déficit atuarial. O Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins acrescentou que, a partir de janeiro de 2013, os beneficiários que não tenham feito o cadastramento biométrico terão seus benefícios cortados. O Diretor de Seguridade explicou as etapas da auditoria, divididas em auditoria de pensões, de aposentadorias e refino da base. **Item 7.** O Sr. Roberto Moisés dos Santos indicou a evolução do número de pensionistas, de pensões e de valores da folha de pensão, de janeiro a setembro de 2012. Analisou-se a quantidade de aposentados do Poder Executivo e o total da folha. Também foi apresentada a evolução do valor do benefício médio por aposentado do Executivo, pensão e pensionista. **Item 8.** Em virtude da necessidade anual de desenvolvimento de avaliação atuarial, o Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa solicitou que os Conselheiros atuem junto a seus órgãos para a disponibilização de dados. O Diretor-Presidente lembrou que a avaliação tem que integrar a prestação de contas do Estado e reforçou a necessidade de envio das informações aos órgãos o quanto antes. **Extrapauta 1.** Em resposta ao pedido de esclarecimento da Sra. Francisca Rodrigues Talarico, o Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa falou sobre o decreto referente à alocação de recursos do Estado no Rioprevidência correspondentes ao terreno ocupado pelo batalhão de Polícia Militar do Leblon. Explicou tratar-se de uma garantia até 2014, afim de não impactar o balanço patrimonial do Fundo, seguindo a mesma lógica da operação de dezembro de 2010, na qual o Estado alocou recursos no Fundo em troca da garantia de royalties do petróleo. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Presidente do Conselho de Administração, Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, e eu, Primeira Secretária, Francisca

**ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2012.**

Rodrigues Talarico, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente e por todos os Conselheiros presentes.

Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos
Secretário de Estado de Fazenda

Sergio Pyrrho
Subprocurador Geral do Estado

Gustavo de Oliveira Barbosa
Diretor-Presidente do Rioprevidência

Francisca Rodrigues Talarico
Representante dos Segurados do Executivo
1ª Secretária do Conselho de Administração

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2012.

Continuação das assinaturas dos presentes na 54ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 1º de outubro de 2012.

Nilson Bruno Filho
Defensor Público-Geral do Estado

Mauro da Silva Thomaz
Representante dos Segurados do Tribunal de Contas do Estado

Camilo Ribeiro Rulière
Representante dos Segurados do Tribunal de Justiça

Marcos André Chut
Representante do Ministério Público RJ

Roberto Lúcio Cordeiro
Representante da ALERJ
2ª Secretário do Conselho de Administração